

O ALMIRANTE SYLVIO DE CAMARGO*

Homenagem da RMB ao seu centenário de nascimento.

CARLOS DE ALBUQUERQUE
Almirante-de-Esquadra (FN-Ref⁹)

O Almirante Sylvio de Camargo nasceu em Santa Rita do Sapucaí, MG, a 16 de fevereiro de 1902, filho do professor João Batista de Oliveira Camargo e de D. Amélia de Almeida Camargo.

Seus primeiros estudos foram feitos no Grupo Escolar Modelo de Alfenas, em que seu pai era diretor, e posteriormente no Instituto Moderno de Educação e Ensino, também em Alfenas.

Em razão de circunstâncias vigentes desde a sua época de oficial subalterno, teve uma carreira atípica na Marinha, cabendo enfatizar, sobretudo, que sempre se empenhou a fundo no exercício de todas as funções exercidas, como na execução de todas as tarefas que lhe foram atribuídas.

Seus atributos pessoais de inteligência, iniciativa e pertinácia, que lhes foram característicos desde a infância, indicavam o futuro de um homem muito produtivo, dotado de elevado grau de liderança. Como exemplo precoce, demonstrativo da sua personalidade, registra-se o fato de ter-se dirigido, por moto próprio, ao Gabinete do Ministro da Marinha, quando ainda era adolescente, candidato à Escola Naval, e sem o apoio de seus pais, pois não encontrara o seu nome na lista dos aprovados nos exames realizados. Na certeza de que lograra melhores graus do que alguns outros candidatos incluídos na lista, não hesitou em agir em seu favor, mesmo desacompanhado de seus pais, que não

* N.R.: Veja a transcrição da entrevista gravada em 27 de março de 1984 e publicada na revista *O Anfíbio*, dentro do Projeto Memória do CFN.

residiam no Rio de Janeiro. A sua determinação assumiu maior realce quando, recebido por um oficial de Gabinete, teve impedida a sua apresentação ao ministro, por estar este de saída, não podendo recebê-lo. Mesmo assim, escapando da vigilância do oficial, penetrou no aposento do ministro, o qual, tomando conhecimento do fato, determinou ao seu auxiliar que anotasse o caso. De fato, o ministro solucionou a questão, determinando o acréscimo de vagas suficientes para incorporar aqueles que tinham sido aprovados nos exames.

Iniciou sua carreira como segundo-tenente da Armada, servindo no Encouraçado *Minas Gerais*, onde, a partir de setembro de 1922, estagiou em diferentes divisões, culminando como *spotter* do capitânia da Esquadra no ano de 1924. Porém, quando ainda recém embarcado, vivenciou a movimentação do navio para Santos, destinado a prestar apoio às forças legalistas de São Paulo, diante da ameaça dos revoltosos das guarnições federais lá sediadas, juntamente com a de parte da Força Pública do Estado, devendo, para isso, permanecer naquele porto. Participou ele, nessa ocasião, de ações em terra, particularmente no campo das informações.

Em 4 novembro de 1924, estando ele de Oficial de Serviço, foi preso pelo comandante do navio, em face da ocorrência de sublevação de oficiais e praças, os

quais se solidarizavam com a movimentação do Encouraçado *São Paulo*, em ação revolucionária.

A sua condição de preso à disposição do ministro da Marinha por conspiração contra o regime não impediu o ato de sua promoção a primeiro-tenente, em 12 do mesmo mês, dado que o cômputo do interstício

ocorrera antes da sua detenção, a 30 de setembro. O seu recolhimento como preso deu-se, inicialmente, no Quartel do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e, posteriormente, na Ilha do Bom Jesus e Fortaleza de Santa Cruz, além dos períodos de baixa aos Hospitais Centrais do Exército e da Marinha. Tal período foi encerrado com o Alvará de Soltura de 8 de abril de 1927, da 1ª Auditoria de Marinha, tendo decorridos, portanto, dois anos e cinco meses de detenção. O contido nos seus assentamentos deixa entrever que a Administração Naval de então não aceitou com isenção o retorno daqueles oficiais que se opuseram ao regime, ao verificar-se fatos da movimentação do Tenente

Camargo após ser libertado, como o de ter passado um ano e cinco meses adido à DP e o de ter sido movimentado, em apenas quatro meses, de meados de setembro de 1928 a meados de janeiro de 1929, para quatro navios: Cruzador *Barroso*, Contratorpedeiro *Sergipe*, Contratorpedeiro *Paraíba* e Encouraçado *Floriano*. Embarcado em se-



O Capitão-de-Corveta Sylvio de Camargo em uniforme para a Parada de 7 de Setembro

guida no Cruzador *Rio Grande do Sul*, passou um período de embarque de um ano e dois meses em que foi promovido a capitão-tenente, por antigüidade.

Com a investidura do novo governo de 1930 e a assunção do novo ministro da Marinha, Almirante Protógenes Guimarães, ocorreu a anistia do pessoal envolvido na sublevação política, solucionando, pois, a sua situação. O Capitão-Tenente Camargo teve a sua promoção retroagida, contando antigüidade a partir de 23 de agosto de 1928.

Servindo na Diretoria de Navegação, recebeu a missão de guardar o Banco do Brasil, como medida preventiva do novo governo, dado o conturbado momento político, e por sua atuação eficiente na preservação dos bens, dinheiro e papéis existentes, fez jus ao reconhecimento das autoridades do novo governo.

Convidado para ser ajudante-de-ordens do novo ministro da Marinha, optou, no entanto, por servir no Regimento Naval, sob as ordens do Capitão-de-Fragata Durval Guimarães, então seu comandante. Tal escolha deveu-se não só a sua simpatia pelos fuzileiros navais, mas também a sua experiência vivida por ocasião de sua missão em São Paulo, quando lhe ficou evidente o despreparo da Marinha na condução de forças em terra. A esse tempo, estando em curso ações revo-

lucionárias contra o governo, a Marinha enviou contingentes de tropa de fuzileiros navais para Campos, São Paulo e Santa Catarina, ainda sem missão definida, portanto sem estruturação adequada e destituída de apoio, ficando à mercê das forças amigas locais.

Como o ajudante do Regimento Naval era obrigado a residir em quartel, assumiu então, como recém-casado, a casa que lhe competia. Embora ainda capitão-tenente, era a terceira pessoa da hierarquia do Regimento e incumbido de, praticamente, toda a atividade executiva da unidade, contando para isso com todo o apoio pessoal de seu comandante, Capitão-de-Fragata Durval.

Tal convivência com a tropa deu-lhe um aprofundado conhecimento de suas condições e motivações, deixando-lhe claro o seu patriotismo e espírito de cor-

po, contudo carentes de nível de escolaridade e preparo profissional.

Não havia um quadro de oficiais devidamente formados como fuzileiros navais e, ante a evidência da necessidade de medidas necessárias à superação de tal situação, tomou a si a incumbência de propor as metas que visualizava para alcançar o devido preparo da tropa, baseado

precipualemente em novos padrões de instrução para os subalternos e na formação de oficiais especificamente formados para o comando de tropa.

Tendo o comandante do Regimento se entusiasmado com as suas idéias, assumiu ele a condução das ações conseqüentes,



Como capitão-de-coveta, comanda o destacamento de Fuzileiros Navais em parada



No Campo de Gericinó, no início da década de 40. Da E p/D: 1º Ten. Ivan Dias Vieira, Alte. (FN) Milciades Portela Ferreira Alves, Capitão-de-Fragata Sylvio de Camargo, Ten-Cel. (USMC), assessor do CFN, Capitão-de-Corveta (FN) Rubens Constant de Magalhães Serejo e um coronel do Exército não identificado

as quais passaram a depender de um novo Regulamento, pelo qual seria possível restaurar as condições de tropa combatente do Corpo de Fuzileiros Navais.

Sendo designado, no início de abril de 1931, para comandar a Torpedeira *Goiaz*, destinada à execução de levantamento hidrográfico na Baía de Guanabara, teve o seu comando interrompido, em julho do mesmo ano, ao ser designado pelo Ministro da Marinha para servir em seu Gabinete, como oficial de ligação com o Gabinete do Ministro da Guerra.

Com a eclosão da Revolução de São Paulo, em 1932, na qual grande parte das guarnições militares lá sediadas se engajaram, determinando a pronta reação do Governo – da qual a Marinha desejava participar –, com o imediato emprego de tropas legais aquarteladas na área e sub-

seqüente reforço de outras unidades, especialmente do Rio de Janeiro, tornou-se indispensável o estabelecimento de medidas coordenadoras.

Em decorrência da ofensiva das tropas revoltosas, ocorreu um confronto de forças do Exército em Cunha, RJ, pelo que coube a um contingente da Marinha a execução de uma ação diversionária sobre o flanco inimigo, para o que foram mobilizados substanciais meios para apoio dos combatentes navais. Apesar desse empenho, ocorreram inúmeros transtornos no desenvolvimento das ações, por sua vez realizadas de forma desarticulada.

Como observador, o Capitão-Tenente Camargo, contando com a sua vivência com a tropa, além de conhecimentos adquiridos em manuais militares, pôde melhor observar as falhas cometidas e, com isso,

identificar as suas causas. Não tendo havido um exame inicial de situação, com a devida avaliação dos fatores táticos, o comando daquela força não tivera como planejar adequadamente as ações a serem desencadeadas e, com isso, não pudera estruturar e nem conduzir a sua tropa como desejado, redundando numa execução descoordenada. Consta em seus assentamentos a sua presença na área conflagrada, de 9 de julho a 3 de outubro de 1932, bem como o elogio do Ministro da Marinha pela sua atuação.

Teve ele, então, a oportunidade de visualizar claramente a principal causa de tais insucessos, dada a prova observada da necessidade de as ações terrestres, necessariamente, requererem a sua condução por profissionais da guerra no ambiente terrestre; viu-se responsável perante as autoridades navais de apresentar-lhes, com fidelidade, as suas conclusões.

Por efeito da aprovação do Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais, um grupo de cinco oficiais optantes foi trans-

ferido para o novo Quadro, estando nele incluído o Capitão-Tenente Camargo e do qual era mais antigo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Durval Guimarães, motivo pelo qual foi nomeado o primeiro comandante-geral do novo Corpo de Fuzileiros Navais.

A esse tempo, a sugestão de serem os oficiais fuzileiros navais formados em curso específico na Escola Naval não obteve aceitação pelo Gabinete do Ministro da Marinha, pela preferência estabelecida, como prêmio, para o aproveitamento dos subalternos graduados oficiais que tinham se distinguido nas operações contra forças revolucionárias.

Com o propósito de melhor qualificar os oficiais fuzileiros navais para o exercício das futuras funções previstas no novo Regulamento, foram matriculados na Escola das Armas do Exército (hoje, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) os optantes mais modernos, junto a alguns outros candidatos que se apresentaram. Embora não dispondo o Comandante Camargo da mesma fa-



O então Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Sylvio de Camargo passa em revista a tropa sob seu comando no Dia do Marinheiro de 1943.

Acompanha-o o Capitão-de-Corveta (FN) Gilberto Stemple da Silva - (Foto CFN)

colado o Comandante Camargo da mesma fa-

cidade de seus colegas de se dedicarem somente aos compromissos escolares, uma vez que fora matriculado no curso sem prejuízo de suas funções de oficial de ligação, logrou no encerramento o mesmo excelente conceito, conforme fez constar o comandante da Escola, em elogio nominal.

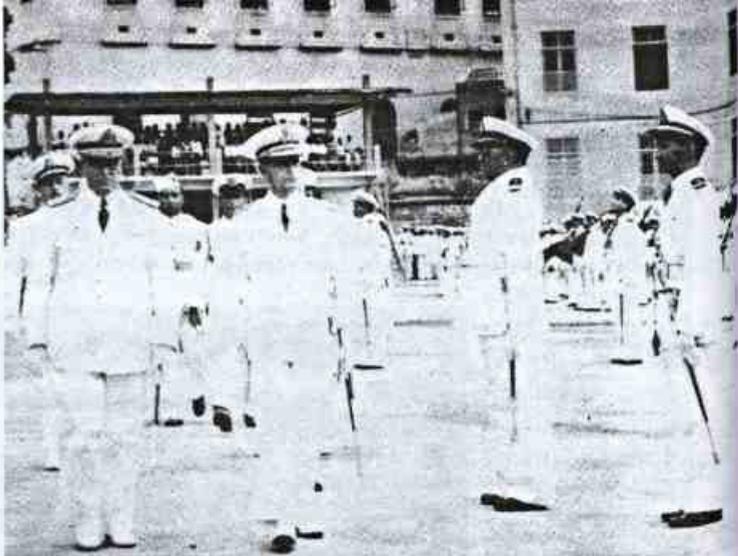
A sua função de ligação com o Exército continuou mantida, inclusive após a sua promoção a capitão-de-corveta, ocorrida em 18 de janeiro de 1934. No mês seguinte foi alvo de expressi-

vo elogio do General Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, que deixara o cargo.

Foi dispensado de suas funções no Gabinete do Ministro da Marinha em julho do mesmo ano, por ter sido designado para estagiar no *Royal Marine Corps*, Inglaterra, onde permaneceu por cerca de quatro meses.

Apresentado de retorno ao Quartel de Fuzileiros Navais da Ilha das Cobras, em fevereiro de 1935, assumiu as funções de encarregado do Pessoal do CFN, retornando assim ao convívio da tropa. A par dos encargos funcionais, deu preferência às atividades dirigidas à instrução e ao adestramento, com o objetivo de superação do seu despreparo evidenciado, cabendo destacar os exercícios de campanha, na região da Baía da Ilha Grande, com aproveitamento da movimentação dos navios da Esquadra em manobras naquela área, bem como atividades compatíveis destinadas às Companhias Regionais de FN, em particular às de Ladário e Belém.

Ocorrendo a essa época a Intentona Comunista, em 1935, e diante da ordem do comandante-geral do CFN de formar toda a



17 de novembro de 1948. O Almirante Camargo recebe do Almirante Seahorn o cargo de comandante-geral do CFN. – (Foto *O Anfíbio*)

tropa do quartel e deslocá-la para o Arsenal de Marinha, tomou a iniciativa de contactar, devidamente autorizado, o ministro da Marinha, no sentido de alertá-lo quanto ao perigo de tal empenho de uma tropa sem organização adequada e despreparada, pelo que propunha a formação de um batalhão de fuzileiros navais devidamente constituído e orientado por uma ordem de movimento, em que seriam definidas metas de conduta. Formado o batalhão, que constituiria um contingente de vanguarda, seguiu-se a sua marcha em direção à Praia Vermelha, tendo, no entanto, permanecido na altura da Esplanada do Castelo.

Chamado novamente pelo Ministro da Marinha, o Comandante Camargo, mais uma vez, recebeu a incumbência de fazer a devida ligação com o General Dutra, que comandava as ações contra os insurretos, tornando-se novamente o oficial de ligação, a quem aquele chefe transmitiu os seus agradecimentos, bem como estabeleceu que a tropa de fuzileiros apenas permanecesse em condições de emprego, o que não se tornou necessário.

Interrompendo o exercício de suas funções por ter sido matriculado na Escola de Guerra Naval, em dezembro do mesmo ano, novamente comprovou o seu conceito de oficial de elevado nível intelectual e proficiente na realização de seus trabalhos ao obter a primeira classificação na turma.

O ineditismo de sua monografia, fundamentada na ameaça dos meios aéreos em desenvolvimento sobre as esquadras das principais Marinhas do mundo, segundo uma nova perspectiva assumida por determinada corrente de pensamento estratégico naval, surpreendeu a oficialidade, então dedicada aos estudos doutrinários.

Baseado no fato de que engenhos aéreos seriam capazes de afundar navios de guerra, desenvolveu, pois, o seu raciocínio, na tentativa de iden-

tificar as suas conseqüências na formulação da Estratégia Naval, sobretudo no que dizia respeito à Marinha brasileira.

O seu intento, no entanto, de promover futuros debates sobre a matéria, que lhe parecia de maior importância, foi frustrado pela medida determinada pelo Estado-Mai-

or da Armada de classificar como secreto o seu trabalho, impedindo considerações não autorizadas sobre a questão. Foi mantido naquela escola, como auxiliar de ensino, durante o ano de 1938.

Em janeiro do ano seguinte reassumiu as funções de encarregado do Pessoal, tendo, em maio do mesmo ano, assumido interinamente as funções de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. No ano seguinte, coube-lhe ainda assumir, de forma interina, as funções de segundo comandante e de comandante-geral do CFN.

No exercício das funções de encarregado do Pessoal do CFN, foi promovido por merecimento em junho de 1940 ao posto de capitão-de-fragata (FN), quando lhe foi atribuída pelo comandante-geral a tarefa de elaboração do novo

Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais.

Em seguida, em outubro do mesmo ano, foi nomeado subchefe do Estado-Maior do CFN, quando, a par de suas funções, foi designado por aviso ministerial membro da comissão constituída pelo Exército para re-



Visita do Presidente da República, Marechal Eurico Dutra, às instalações do CFN. Acompanha-o o (E) ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhem, e (D) o Almirante Sylvio de Camargo. (Foto tomada no portão do Presídio Naval) – (Foto CFN)

América, no ano de 1952, de quase um mês de duração, ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, acompanhado de oficiais de seu gabinete e de seu estado-maior; e a sua participação, em 1954, na comitiva do ministro da Marinha destinada a inspecionar os estabelecimentos navais do Sul do País e os postos de fronteira existentes ao longo do Rio Uruguai.

A insuficiência de verbas e o não-cumprimento da decisão inicial tomada pelo Ministro Sylvio de Noronha de instituir o grupo de trabalho pertinente e da sua aprovação às sugestões propostas conduziram a uma sensível lentidão no andamento das obras, o que, aliado à sucessão subsequente dos titulares do Ministério da Marinha, propiciou o surgimento de novas idéias para ocupação daquela área, geradoras de novas preocupações do Almirante Camargo. Tais foram a da instalação de uma base de contratorpedeiros e a da construção de um cais de minério, no local do já existente no canal do Boqueirão, proposta por empresários do setor minerador.

Buscando influir na obtenção de recursos para as obras projetadas, obteve apoio de congressistas seus conhecidos para apresentação e votação de um projeto que destinava à Marinha um reforço de verba, formalmente atribuído à construção do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais.

Na intenção de evitar maiores atrasos no andamento das obras, comparecia com regular frequência ao Campo da Ilha do Governador, acompanhando os trabalhos de construção, e não raramente apresentan-

do sugestões para superação de problemas junto aos engenheiros responsáveis.

Infelizmente, em 1952, veio a sofrer um grande abalo em sua vida pessoal, pela perda, em acidente aéreo, de seu primogênito, Sylvio de Camargo Filho, então um jovem segundo-tenente da Força Aérea Brasileira. Apesar do enorme impacto sofrido, não demonstrou arrefecimento em sua atividade posterior, parecendo mesmo que procurava alento para o seu sofrimento na plena aplicação de suas energias ao trabalho.

Em dezembro de 1955 teve a oportunidade de ver a concretização do seu maior objetivo ao participar, como principal homenageado dos fuzileiros navais e na presença de todos os chefes navais da ativa sediados no Rio de Janeiro, bem como dos vários ex-ministros da Marinha que tiveram envolvimento no empreendimento, da festiva inauguração do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais. O evento representou para ele o merecido reconhecimento de seus serviços dedicados, com todo o seu empenho, à Marinha e à Pátria, já que solicitara a sua transferência para a Reserva Remunerada.

De acordo com a lei vigente e por fazer jus a mais duas promoções concedidas em legislação estabelecida para militares enquadrados nos respectivos casos, foi promovido, por Decreto de 24 de janeiro de 1956, ao posto de almirante-de-esquadra e em seguida transferido para a Reserva Remunerada.

Passou o cargo de comandante-geral do CFN, a 1º de fevereiro, ao Vice-Almirante (FN) Rubens Constant de Magalhães Serejo.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOMES> / Camargo, Sylvio (VA-FN);